

Práticas clínicas envolvendo o uso de medicamentos psicotrópicos no contexto prisional: uma revisão integrativa

Clinical practices involving the use of psychotropic drugs in the prison context: an integrative review

Prácticas clínicas que implican el uso de medicamentos psicotrópicos en el contexto penitenciario: una revisión integradora

Diego Henrique Brilhante de Medeiros (*in memoriam*)¹ , Almária Mariz Batista¹ 

¹Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Escola Multicampi de Ciências Médicas – Caicó (RN), Brasil.

Resumo

Introdução: A população privada de liberdade é considerada público-alvo do processo de medicalização. **Objetivo:** Realizar levantamento bibliográfico sistematizado da literatura acerca das práticas clínicas envolvendo medicamentos psicotrópicos aplicadas a este público-alvo. **Métodos:** Revisão integrativa da literatura baseada na aplicação dos descritores “prisões”, “psicotrópicos” e “assistência à saúde mental” – e seus respectivos descritores em inglês – às bases de dados *Scopus*, *Science Direct*, *National Center for Biotechnology Information (NCBI, via PubMed)* e *Google Scholar*, tendo como ponto de partida a pergunta de pesquisa “Quais as estratégias utilizadas no contexto do sistema prisional acerca das práticas clínicas envolvendo o uso de psicotrópicos?” **Resultados:** Foram selecionados 18 artigos, por meio dos quais depreende-se que a reformulação das políticas de saúde prisional deve incluir programas de redução de danos, ampliação do acesso a serviços de saúde mental, fortalecimento das redes de apoio dentro e fora das prisões e observância aos determinantes sociais do consumo de psicofármacos. **Conclusão:** Os resultados deste estudo contribuem como subsídio para que educadores, profissionais de saúde, gestores e formuladores de políticas públicas desenvolvam estratégias mais assertivas, diretas, efetivas e seguras para assistência à saúde desta população.

Palavras-chave: Prisões; Psicotrópicos; Assistência à saúde mental.

Autor correspondente:

Almária Mariz Batista
almariamariz@yahoo.com.br

Fonte de financiamento:

não se aplica.

Parecer CEP:

não se aplica.

TCLE:

não se aplica.

Procedência:

não encomendado.

Avaliação por pares:

externa.

Recebido em: 31/07/2025

Aprovado em: 01/04/2026

Editor Associado:

Thiago Figueiredo de Castro

Como citar: de Medeiros DHB, Batista AM. Práticas clínicas envolvendo o uso de medicamentos psicotrópicos no contexto prisional: uma revisão integrativa. *Rev Bras Med Fam Comunidade*. 2026;21(48):4933. [https://doi.org/10.5712/rbmfc21\(48\)4933](https://doi.org/10.5712/rbmfc21(48)4933)



Abstract

Introduction: The prison population is considered a target audience for the medicalization process. **Objective:** To conduct a systematic bibliographic survey of the literature on clinical practices involving psychotropic drugs applied to this target audience. **Methods:** Integrative literature review based on the application of the descriptors “prisons,” “psychotropic drugs,” and “mental health care,” both in Brazilian Portuguese and English languages, to the Scopus, Science Direct, NCBI (via PubMed), and Google Scholar databases, considering as the starting point the research question “What are the strategies used in the context of the prison system regarding clinical practices involving the use of psychotropic drugs?” **Results:** A total of 18 articles were selected, from which it can be inferred that the reformulation of prison health policies should include harm reduction programs, increased access to mental health services, strengthening of support networks inside and outside prisons, and compliance with the social determinants of psychotropic drug use. **Conclusions:** The results of this study can support educators, health professionals, managers, and policymakers to develop more assertive, directive, effective, and safe strategies for the health care of this population.

Keywords: Prisons; Psychotropic drugs; Mental health assistance.

Resumen

Introducción: La población penitenciaria se considera un público objetivo para el proceso de medicalización. **Objetivo:** Realizar una revisión bibliográfica sistemática de la literatura sobre prácticas clínicas con psicofármacos aplicadas a esta población objetivo. **Metodos:** Se realizó una revisión bibliográfica integradora utilizando los descriptores “prisiones,” “psicotrópicos” y “atención de salud mental” y sus respectivos descriptores en inglés en las bases de datos Scopus, Science Direct, NCBI (vía PubMed) y Google Académico. A partir de la pregunta de investigación “¿Qué estrategias se utilizan en el sistema penitenciario respecto a las prácticas clínicas con el uso de psicofármacos?” **Resultados:** Se seleccionaron dieciocho artículos, de los cuales se infiere que la reformulación de las políticas de salud penitenciaria debe incluir programas de reducción de daños, la ampliación del acceso a servicios de salud mental, el fortalecimiento de las redes de apoyo dentro y fuera de las prisiones, y el cumplimiento de los determinantes sociales del consumo de psicofármacos. **Conclusión:** Los resultados de este estudio contribuyen a que educadores, profesionales de la salud, gestores y formuladores de políticas públicas desarrollen estrategias más asertivas, directivas, eficaces y seguras para la atención de la salud de esta población.

Palabras clave: Prisiones; Psicotrópicos; Atención a la Salud Mental.

INTRODUÇÃO

Atualmente, aproximadamente 11 milhões de pessoas estão detidas em instituições penais em todo o mundo, seja como presos preventivos/prisioneiros provisórios ou condenados/sentenciados. Nessa conjuntura, o Brasil tem a 3ª maior população prisional. Isso representa 390 presos/100 mil habitantes, o que o coloca na 15ª posição no ranking de aprisionamento mundial.¹

Embora as penitenciárias tenham sido concebidas como instrumentos de controle e prevenção do crime, na prática, intensificam problemas de saúde entre os custodiados.² Nesta perspectiva, o biopoder manifesta-se por meio de práticas que regulam corpos e populações, via mecanismos como psiquiatria e normalização de condutas para exercer autoridade sobre os indivíduos.³

No contexto prisional, essa lógica evidencia-se na medicalização dos custodiados. Exposição à violência, aguardo por julgamento em espaços superlotados e insalubres e incerteza sobre o futuro geram impactos profundos na saúde mental. Dessa forma, o uso de psicofármacos ultrapassa sua função terapêutica e torna-se instrumento de gestão comportamental, em que práticas biomédicas atuam em consonância com o controle do sistema carcerário, o que suscita importantes reflexões éticas e clínicas e exige análise criteriosa sobre necessidades individuais e especificidades institucionais.⁴⁻⁶

A população custodiada constitui um dos principais públicos-alvo para o processo de medicalização, particularmente com psicotrópicos. Além de medicalizar questões políticas, econômicas, sociais e culturais, psicotrópicos tornam-se moeda de troca ou mecanismo de sobrevivência, reforçando a vulnerabilidade dos custodiados e perpetuando comportamentos disruptivos. Assim, em vez de

promover reabilitação, esses medicamentos, na maioria das vezes, suprimem sintomas, sem tratar suas causas primárias.^{7,8}

Dessa forma, é essencial conhecer como se desenvolve o processo de medicação/medicalização no contexto prisional, particularmente, quanto ao uso de psicofármacos. Isso proporcionará subsídios para estabelecimento de processos de medicação mais efetivos e seguros, melhor efetivação e remodelagem do disposto em políticas públicas para qualificação da assistência à saúde de pessoas privadas de liberdade.

Diante do exposto, o objetivo deste estudo foi realizar uma revisão integrativa da literatura acerca das práticas clínicas envolvendo medicamentos psicotrópicos aplicadas a pessoas privadas de liberdade.

MÉTODOS

Trata-se de revisão integrativa da literatura, um método que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática,⁹ cujas etapas estão apresentadas a seguir.

Etapa 1: elaboração da pergunta norteadora

A fim de atingir o objetivo deste estudo, o ponto de partida foi a pergunta norteadora: “Quais as estratégias utilizadas no contexto do sistema prisional acerca das práticas clínicas envolvendo o uso de psicotrópicos?”.

Etapa 2: busca na literatura

Para tanto, foram aplicados os descritores “prisões”, “psicotrópicos” e “assistência à saúde mental” – e seus respectivos descritores em inglês: “*prisons*”, “*psychotropics*” e “*mental health care*”, os quais foram interseccionados pelo operador *booleano* “AND” –, às bases de dados *Scopus*, *Science Direct*, *National Center for Biotechnology Information (NCBI, via PubMed)* e *Google Scholar*, mais especificamente por meio das combinações “prisões e psicotrópicos” e “prisões e assistência à saúde mental” e as respectivas combinações em inglês. Essa estratégia de busca foi aplicada ao longo do ano 2024.

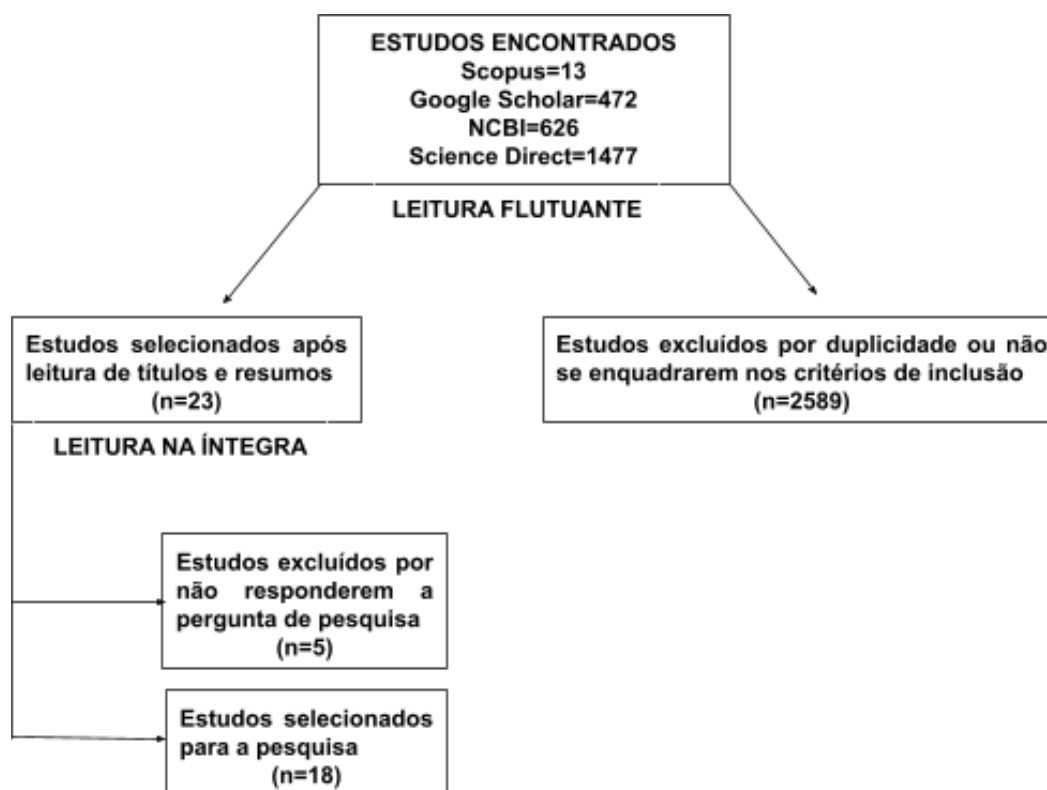
Além disso, foram incluídos artigos escritos em português, inglês e espanhol que respondessem à pergunta de pesquisa. Não houve restrição de recorte temporal. Por consequência, foram excluídos os artigos que não se enquadraram nestes critérios.

Inicialmente, foi realizada leitura flutuante de títulos e resumos dos 2.588 artigos inicialmente encontrados, a fim de excluir artigos duplicados e/ou que não se enquadrassem na pergunta de pesquisa. Isso resultou no enquadramento de 24 artigos para leitura na íntegra. Cumprida esta etapa, 18 artigos foram selecionados para integrar o estudo por responderem, de fato, à pergunta de pesquisa. A Figura 1 apresenta o fluxograma da estratégia de busca.

Etapa 3: coleta de dados

Cumprida a etapa anterior, procedeu-se à extração de dados dos artigos selecionados, os quais incluíram título, autores, ano de publicação e achados (intervenções clínicas relacionadas ao uso de psicotrópicos, eficácia destas intervenções e desafios enfrentados na implementação de práticas clínicas nas prisões), os quais estão apresentados no Quadro 1.

Imagem em baixa resolução. Solicitamos uma nova aos autores e estamos aguardando.



Fonte: os autores.

Figura 1. Fluxograma da estratégia de busca para seleção dos artigos.

Etapa 4: análise crítica dos estudos incluídos

Os dados extraídos dos artigos selecionados foram organizados por ordem cronológica crescente de publicação, com vistas a evidenciar o itinerário histórico de produção científica acerca do tema, e de forma a possibilitar comparação entre diferentes estudos, com o intuito de identificar pontos convergentes e divergentes nas práticas clínicas relacionadas ao uso de psicotrópicos no contexto prisional.

Isso possibilitou a identificação de áreas que necessitam de maior atenção e a formulação de recomendações para a prática clínica, no caso: 1) Uso de psicofármacos e comportamentos agressivos no ambiente prisional; 2) Padrões éticos e legais no uso de medicamentos psicotrópicos; 3) Saúde mental no sistema prisional e acesso a serviços de saúde; 4) Saúde mental de mulheres privadas de liberdade; 5) Uso de medicamentos psicotrópicos e controle biopolítico; e 6) Uso de substâncias psicoativas no ambiente prisional: questão de saúde pública.

Etapa 5: discussão dos resultados

Com base na interpretação e síntese dos resultados, identificam-se possíveis lacunas de conhecimento e delimitam-se prioridades para estudos futuros, incluindo conclusões e inferências do pesquisador.

Etapa 6: apresentação da revisão integrativa

Mostra da revisão integrativa propriamente dita, por meio do cumprimento das cinco etapas supracitadas.

RESULTADOS

A análise dos 18 artigos selecionados revelou diferentes perspectivas sobre o uso de psicofármacos no ambiente prisional, conforme Quadro 1. Para melhor compreensão dos achados, os estudos foram organizados em seis blocos temáticos, em que foram reunidos artigos que discutem aspectos semelhantes. Essa estratégia possibilitou aprofundar a interpretação dos dados, evidenciando as diversas dimensões envolvidas na prescrição e no uso de medicamentos psicotrópicos entre a população privada de liberdade.

Quadro 1. Síntese dos artigos selecionados.

Autores	Título	Ano de publicação	Achados
A ¹⁰	<i>Effect of psychotropic drugs on aggression in a prison setting</i>	1975	Estudo conduzido em uma instituição correcional de segurança máxima nos Estados Unidos, com objetivo de avaliar a relação entre uso de psicofármacos e frequência de atos agressivos entre internos. Constatou-se frequência significativamente maior de incidentes violentos entre presos em tratamento com psicofármacos, comparado aos períodos em que estes mesmos internos não usavam esses medicamentos. Ansiolíticos, especialmente diazepam (presente em 81% dos casos), foram associados a maior número de atos agressivos (3,6x superior durante o uso). Outras classes de psicofármacos resultaram em taxa de incidentes agressivos 2x maior em relação a presos que não os usavam.
B ¹¹	<i>The violation of psychiatric standards of care in prisons</i>	1980	Estudo conduzido em três sistemas prisionais nos Estados Unidos, com objetivo de avaliar violações aos padrões psiquiátricos de cuidado nesses ambientes. Constatou-se problemas como arquitetura inadequada, falta de pessoal qualificado, prescrição e distribuição de medicamentos por profissionais sem formação e abordagem punitiva em vez de terapêutica. Alerta os psiquiatras a evitarem prescrição desnecessária de medicamentos, especialmente tranquilizantes, e destaca a necessidade de se abordar condições que agravam problemas de saúde mental, como superlotação, confinamento solitário e falta de programas adequados para detentos com transtornos mentais. Recomenda-se padrões mínimos de pessoal e transferência de presos com doenças mentais para hospitais psiquiátricos.
C ¹²	<i>The administration of psychotropic drugs to prisoners: state of the law and beyond</i>	1990	Estudo realizado nos Estados Unidos com objetivo de examinar o arcabouço jurídico e os desafios éticos envolvidos na administração de psicofármacos para prisioneiros, especialmente em contextos de prescrição involuntária. Constatou-se que a administração de psicofármacos esbarra em conflitos entre necessidade de tratamento médico, direitos individuais dos detentos e demandas de segurança institucional. Aponta-se que a prescrição involuntária, em particular, levanta questões sobre consentimento informado, abuso de poder e papel dos medicamentos como ferramentas de controle comportamental. Enfatiza-se a importância de garantir que o uso de psicotrópicos seja pautado por diagnósticos clínicos claros e respeite os princípios éticos e legais, para evitar práticas coercitivas que comprometam os direitos humanos dos detentos.

Continua...

Quadro 1. Continuação.

Autores	Título	Ano de publicação	Achados
D ¹³	<i>Prisonomics and the use of psychotropic drugs on incarcerated offenders: ethical considerations</i>	2000	Estudo realizado em sistemas penitenciários dos Estados Unidos com objetivo de explorar implicações éticas do uso de psicofármacos em populações carcerárias. Os autores buscaram identificar práticas inadequadas na administração destas substâncias e propor diretrizes éticas para garantir que seu uso respeite os direitos humanos e a autonomia dos detentos. Constatou-se como práticas inadequadas: administração de psicotrópicos por profissionais sem a devida qualificação; uso destas substâncias como ferramentas de controle comportamental, ou silenciamento de detentos, ou para justificar superlotação; e ausência de consentimento informado nos processos de prescrição. Destaca-se que esses medicamentos não devem ser utilizados como ferramenta de opressão, para justificar superlotação ou silenciar os presos, e que sua administração deve ser realizada, exclusivamente, por profissionais de saúde licenciados, garantindo o consentimento informado dos detentos.
E ¹⁴	<i>Mental health performance measurement in corrections</i>	2008	Estudo conduzido em instalações correcionais nos Estados Unidos, com objetivo de avaliar o desempenho das prisões na prestação de cuidados de saúde mental a detentos com doenças mentais graves. Constatou-se que as instalações correcionais tornaram-se, por necessidade, grandes prestadoras de cuidados de saúde mental para esses pacientes, ainda que a maioria destas instalações não ofereça atendimento de qualidade nem siga diretrizes nacionais para rastreio e tratamento em saúde mental. Para melhorar esses cuidados, foram desenvolvidas estratégias de adesão ao tratamento medicamentoso, prevenção de suicídio, planejamento de tratamentos de saúde mental e uso controlado de medicamentos para dormir.
F ¹⁵	<i>Prescription in prison: minimizing psychotropic drug diversion in correctional practice</i>	2014	Estudo realizado em sistemas correcionais nos Estados Unidos com objetivo de investigar desvio, uso e abuso de psicofármacos prescritos no ambiente prisional. Além disso, buscou identificar práticas clínicas que possam minimizar riscos associados a sua prescrição e promover cuidados de saúde mental mais eficazes e éticos. Entre as práticas clínicas, destacaram-se implementação de sistemas de rastreamento rigoroso de medicamentos, monitoramento laboratorial para detectar desvios, educação continuada de profissionais de saúde sobre padrões éticos de prescrição e priorização de alternativas terapêuticas não farmacológicas quando possível. Uso, abuso e desvio de medicamentos prescritos são questões frequentes no ambiente correcional, envolvendo aspectos como prática de prescrição, medicamentos mais comuns, motivação para o abuso e métodos de detecção, incluindo monitoramento laboratorial.
G ¹⁶	<i>Accounting for psychotropic medication changes in prisons: patient and doctor perspectives</i>	2015	Estudo conduzido em instituições prisionais no Reino Unido com objetivo de investigar perspectivas de pacientes e médicos sobre mudanças nas prescrições de psicofármacos. Constatou-se que psicotrópicos são amplamente usados no tratamento de doenças mentais, mas presos relatam que suas prescrições, frequentemente, são alteradas ou retiradas ao entrar na prisão, aumentando seu sofrimento. Pacientes reivindicaram direito a psicotrópicos, questionaram o julgamento clínico dos médicos das prisões, apontaram falhas de comunicação e atribuíram piora da saúde às mudanças na terapia farmacológica. As necessidades clínicas no ambiente prisional foram priorizadas em relação aos tratamentos prévios.

Continua...

Quadro 1. Continuação.

Autores	Título	Ano de publicação	Achados
H ¹⁷	<i>Prevalencia y predictores del consumo de sustancias psicoactivas entre varones en prisión</i>	2015	Estudo conduzido em unidades prisionais na Espanha com objetivo de investigar prevalência do consumo de substâncias psicoativas entre homens encarcerados. Constatou-se que seu uso representa sério problema de saúde pública devido a sua alta prevalência e impactos negativos para a saúde dos detentos.
I ¹⁸	<i>Implicaciones del consumo de sustancias psicoactivas sobre la salud de hombres privados de libertad</i>	2015	Estudo realizado em prisões da América Latina com objetivo de investigar a relação entre consumo de substâncias psicoativas e vitimização no ambiente prisional. Constatou-se que vitimização e consumo destas substâncias estão fortemente associados, o que ressalta a necessidade de estudos aprofundados para desenvolver medidas preventivas eficazes e melhorar as condições de vida neste ambiente.
J ¹⁹	<i>Consumo de medicação psicotrópica em uma prisão feminina</i>	2015	Estudo conduzido em unidade prisional feminina no Nordeste do Brasil com objetivo de compreender os fatores que influenciam o consumo de psicofármacos entre estas mulheres. Constatou-se que cotidiano prisional, dificuldade de acesso a cuidados médicos e falta de contato familiar são fatores centrais para entender o uso de psicotrópicos entre detentas. Destaca-se a importância da psicologia política interdisciplinar, orientada para promover uma sociedade mais justa.
K ²⁰	<i>Incarcerated women's experiences and beliefs about psychotropic medication: an empirical study</i>	2017	Estudo conduzido em prisões femininas nos Estados Unidos com objetivo de explorar experiências e crenças de mulheres encarceradas em relação ao uso de medicamentos psicotrópicos. Constatou-se que o uso de psicotrópicos no encarceramento envolve complexa interação entre efeitos terapêuticos destes e fatores como impacto psicológico, agência pessoal, locus de controle, estigma e vulnerabilidade biológica percebida.
L ²¹	<i>A saúde e o psicotrópico no sistema prisional</i>	2017	Estudo realizado em prisões brasileiras com objetivo de analisar a relação entre práticas de saúde e uso de psicofármacos no sistema prisional. Constatou-se que práticas de saúde e uso de psicotrópicos apresentam um paradoxo: podem reforçar o controle e causar mortificação, mas também gerar resistência ao poder biopolítico. Condições de confinamento precárias aumentam a prevalência de doenças infectocontagiosas entre detentos.
M ²²	<i>Caracterização dos diagnósticos e psicotrópicos das pessoas privadas de liberdade</i>	2019	Estudo realizado em unidade prisional de Mossoró-RN, Brasil, com objetivo de caracterizar diagnósticos de saúde mental e uso de psicofármacos entre detentos. Constatou-se que a maioria dos diagnósticos de saúde mental, tanto entre homens quanto entre mulheres, está ligada à dependência química por drogas ilícitas.
N ²³	<i>Pharmacological approaches to managing violence and aggression in incarcerated populations: clinical and ethical issues</i>	2020	Estudo realizado em sistemas prisionais na Europa com objetivo de analisar abordagens farmacológicas no manejo de violência e agressão em detentos. Constatou-se que violência e agressão nas prisões frequentemente associam-se a distúrbios psiquiátricos e de personalidade e demandam intervenções clínicas. Uso de psicotrópicos é recomendado apenas em casos de transtornos diagnosticáveis ou situações de risco iminente de danos sem intervenção urgente. Prioridade inicial deve ser dada às estratégias de desescalada ambiental e comportamental. Médicos devem considerar questões de capacidade e consentimento, assegurando direitos dos reclusos e orientando o cuidado de forma ética.

Continua...

Quadro 1. Continuação.

Autores	Título	Ano de publicação	Achados
O ²⁴	<i>Sociodemographic, clinical, and therapeutic aspects of penitentiary psychiatric consultation: toward integration into the general mental health services</i>	2020	Estudo realizado em prisões na Espanha com objetivo de analisar aspectos sociodemográficos, clínicos e terapêuticos relacionados às consultas psiquiátricas. Constatou-se que transtornos mentais e deficiências no tratamento em prisões devem ser objetivamente definidos, pois cuidados de saúde mental oferecidos a reclusos não atingem o mesmo nível de quantidade e qualidade que os da comunidade. Sugere-se a necessidade de melhorar o planejamento dos cuidados de saúde mental para a população carcerária, focando em perfis mais comuns de pacientes e igualdade de acesso aos serviços.
P ²⁵	<i>Medicalización psiquiátrica en tres prisiones femeninas brasileiras: un abordaje etnográfico sobre los itinerarios de criminalización, patologización y farmacologización</i>	2020	Estudo conduzido em três prisões femininas no Brasil com objetivo de analisar o processo de medicalização psiquiátrica como dispositivo de poder estatal, explorando como este processo relaciona-se com criminalização, patologização e farmacologização de mulheres encarceradas. Constatou-se que este processo opera como dispositivo de poder estatal, caracterizado por criminalização em massa, patologização dos delitos femininos e uso de psicofármacos. Esse ciclo perpetua os próprios distúrbios que a psiquiatria visa tratar e sustenta o consumo de drogas em cadeia ilícito-lícito-ilícito, vinculado ao mercado de drogas ilegais. O gênero, em interação com outras formas de desigualdade, influencia a saúde mental de mulheres, sugerindo que tais condições devem ser abordadas como problema de saúde pública que transcende os limites das prisões.
Q ⁶	O uso de psicofármacos no sistema prisional: um trabalho de revisão	2020	Revisão de literatura com objetivo de investigar fatores relacionados ao emprego de psicofármacos no sistema prisional e quais são mais comumente prescritos neste contexto, com base em artigos publicados entre 2015 e 2019. Constatou-se que ansiolíticos, tranquilizantes e sedativos hipnóticos foram os mais comumente prescritos e usados nos presídios, seguidos por antidepressivos e antipsicóticos. A maioria dos estudos discorreu, especificamente, sobre terapia de substituição de opioides (58,7%) para tratamento do transtorno do uso abusivo de opioides ilícitos, tratamento de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade e de transtornos relacionados a uso de álcool e tabaco. Há escassez de estudos, sobretudo nacionais, relacionados a uso de psicotrópicos nos sistemas prisionais, sendo majoritárias pesquisas relacionadas a tratamento de Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), hepatites virais e tuberculose. Uso de psicotrópicos nesses locais envolve questões que vão além do uso terapêutico, como as relacionadas a risco de suicídio, autonomia do sujeito e fins de moeda de troca. Assistência farmacêutica mostra-se precária e, embora preconizada pelo Ministério da Saúde, é, atualmente, realidade distante.
R ²⁶	Acesso equitativo a cuidados de saúde mental com medicamentos psicotrópicos em ambientes prisionais	2023	Estudo realizado em prisões brasileiras com objetivo de analisar barreiras ao acesso equitativo a tratamentos de saúde mental com psicofármacos. Constatou-se que o acesso dos detentos a esses tratamentos é impactado por fatores como limitações financeiras, estigmatização e discriminação racial, além da falta de capacitação de profissionais de saúde, o que pode levar a diagnósticos incorretos e subtratamentos. Essas barreiras evidenciam a necessidade de reformas nas políticas de saúde prisional, incluindo capacitação profissional e alocação de recursos para melhorar a qualidade dos tratamentos farmacológicos oferecidos.

Fonte: os autores.

Uso de psicofármacos e comportamentos agressivos no ambiente prisional

O manejo de comportamentos agressivos nesse ambiente representa um desafio significativo, especialmente devido à prevalência de transtornos psiquiátricos entre detentos. Psicofármacos são frequentemente utilizados como estratégia para conter episódios de agressividade e estabilizá-los emocionalmente. No entanto, seu uso requer cautela, pois o uso de ansiolíticos, por exemplo, pode estar associado a um aumento de frequência de comportamentos agressivos, evidenciando a complexidade da relação entre psicofármacos e dinâmica comportamental nesse ambiente.¹⁰

Diante desse cenário, o manejo da agressividade em presídios deve ir além da administração de medicamentos, por meio de estratégias que levem em consideração fatores institucionais e determinantes sociais que influenciam tais comportamentos. Embora os psicotrópicos desempenhem papel relevante em situações de risco iminente, seu uso deve ser acompanhado de avaliações regulares e inserido em um plano terapêutico integrado, que contemple suporte psicológico e intervenções psicossociais.²⁴

Portanto, o uso de psicofármacos deve ser restrito a casos de diagnóstico psiquiátrico claro e risco iminente de danos sem tal intervenção. Além disso, sua prescrição deve ser associada a estratégias complementares para reduzir conflitos comportamentais e melhorar as condições ambientais das prisões. Essa abordagem busca garantir que este uso esteja alinhado a critérios clínicos rigorosos, em respeito a autonomia dos custodiados e princípios éticos e legais da assistência à saúde no sistema prisional. Em situações de transtornos mentais graves, a recomendação mais adequada seria a transferência dos detentos para hospitais psiquiátricos, em vez de manter a administração contínua de psicofármacos nas unidades penitenciárias.¹¹

Os medicamentos mais comumente utilizados no sistema prisional incluem ansiolíticos, sedativos hipnóticos, antidepressivos e antipsicóticos. Entretanto, seu uso extrapola o objetivo terapêutico, tornando-se fator de risco para suicídio, afetando a autonomia dos indivíduos e, em alguns casos, sendo utilizados como moeda de troca na própria dinâmica prisional. Esse cenário evidencia a complexidade do uso de psicofármacos neste ambiente, exigindo controle rigoroso e adoção de práticas mais éticas e seguras.⁶

Padrões éticos e legais no uso de medicamentos psicotrópicos

A prescrição de psicofármacos em prisões frequentemente ocorre em condições inadequadas, violando diretrizes éticas e comprometendo a qualidade do cuidado à saúde mental dos detentos. Carência de profissionais capacitados e infraestrutura precária destas unidades cria um ambiente onde a abordagem psiquiátrica, muitas vezes, assume caráter punitivo ao invés de terapêutico. Há casos em que seu uso não segue critérios rigorosos de diagnóstico e monitoramento, o que compromete a segurança dos detentos.¹¹

Ao ingressar no sistema prisional, muitos custodiados enfrentam modificações abruptas em seus tratamentos psiquiátricos, gerando desconfiança e agravamento de suas condições de saúde mental. Essas mudanças decorrem, em grande parte, da priorização de protocolos institucionais em detrimento da continuidade dos tratamentos individuais. A insatisfação com essa prática é relatada pelos custodiados, que reivindicam maior transparência e participação na definição de seus tratamentos, apontando falhas na comunicação com os profissionais de saúde.¹⁶

Outrossim, a prescrição coercitiva de psicofármacos, justificada por razões de segurança institucional, levanta preocupações sobre consentimento informado e abuso de poder. Para que a

prescrição seja ética, é fundamental que todas as decisões médicas sejam embasadas em diagnósticos claros e respeitem os direitos dos custodiados. O uso desses fármacos como ferramenta de controle comportamental é amplamente criticado, pois compromete a autonomia dos indivíduos e reforça dinâmicas de opressão.¹²

Além da prescrição inadequada, falhas de monitoramento e controle dos medicamentos favorecem seu uso indevido, tanto por custodiados quanto via práticas irregulares nestas instituições. A falta de supervisão no uso de psicofármacos pode resultar em desvios, automedicação e troca de medicamentos entre os custodiados, ampliando os riscos de dependência química e outros efeitos adversos. Nesse sentido, o fortalecimento do monitoramento laboratorial e a implementação de uma supervisão rigorosa das práticas de prescrição são essenciais para reduzir o abuso e garantir a integridade da assistência psiquiátrica nas prisões.¹⁵

Saúde mental no sistema prisional e acesso a serviços de saúde

A saúde mental dos detentos enfrenta desafios significativos quanto à qualidade da assistência e equidade de acesso aos serviços, destacando-se desigualdades sociodemográficas e falhas de planejamento/implementação de políticas públicas voltadas a esta população. As instituições prisionais, por necessidade, assumiram papel de prestadoras de cuidados em saúde mental, especialmente para indivíduos com transtornos psiquiátricos graves. No entanto, a maioria não segue diretrizes nacionais de rastreio e tratamento, resultando em atendimento fragmentado e ineficaz. Estratégias como adesão ao tratamento medicamentoso, prevenção do suicídio e planejamento de intervenções específicas são apontadas como fundamentais para melhoria do cuidado. Apesar disso, estas práticas permanecem subutilizadas, reforçando a vulnerabilidade dos detentos e comprometendo sua reabilitação.¹⁴

Portanto, outro obstáculo para efetivação da assistência em saúde mental é a falta de integração entre serviços prisionais e sistemas de saúde da comunidade. Custodiados não recebem o mesmo nível de atendimento ofertado à população geral, o que evidencia um quadro de negligência institucional e reforça a necessidade de reformas voltadas à equidade na assistência. A implementação de políticas que favoreçam a articulação entre sistema prisional e serviços públicos de saúde é essencial para garantir maior acesso e qualidade em cuidados psiquiátricos nestas unidades.²⁴

Além disso, estigmatização, discriminação racial, limitações financeiras e falta de capacitação dos profissionais que atuam no sistema prisional agravam as dificuldades no acesso a tratamentos psiquiátricos. Isso não apenas reduz a qualidade do atendimento, como também resulta em diagnósticos imprecisos e tratamento inadequado de transtornos mentais. A falta de preparo técnico da equipe de saúde compromete a identificação precoce de transtornos psiquiátricos e restringe a adoção de abordagens terapêuticas mais eficazes. Portanto, reformas estruturais são indispensáveis, como alocação de recursos para ampliação da equipe multiprofissional e aprimoramento da formação dos profissionais de saúde que atuam nas unidades prisionais.²⁶

Saúde mental de mulheres privadas de liberdade

A saúde mental destas mulheres está diretamente associada às condições adversas do ambiente prisional, em que isolamento social, falta de contato familiar e precariedade do acesso a cuidados psiquiátricos emergem como fatores determinantes para alta demanda por psicofármacos. Em muitos

casos, seu uso reflete não apenas necessidade clínica, mas também estratégia de enfrentamento diante do sofrimento emocional exacerbado pelo encarceramento. Assim, torna-se fundamental adotar abordagens terapêuticas mais abrangentes, que considerem não apenas o tratamento farmacológico, mas também os determinantes sociais e culturais envolvidos.¹⁹

A percepção de mulheres custodiadas sobre o uso de psicofármacos revela cenário ambíguo. Por um lado, estes fármacos proporcionam alívio de sintomas psíquicos, por outro, geram sentimentos de estigmatização e perda de autonomia. Impacto psicológico, locus de controle e estigma associado a seu uso influenciam, significativamente, a relação das mulheres com seus tratamentos psiquiátricos. Estes achados reforçam a necessidade de cuidado em saúde mental para além da medicalização, incorporando suporte psicológico e estratégias que promovam sua autonomia e seu bem-estar.²⁰

Dessa forma, o fenômeno de criminalização/patologização/farmacologização de detentas contribui para perpetuação de um ciclo de controle institucional que reforça desigualdades estruturais e de gênero. O uso excessivo de psicofármacos opera como mecanismo de silenciamento e repressão social. Nesse contexto, a categoria de gênero torna-se elemento essencial para compreender as interseções entre saúde mental, vulnerabilidade e opressão no sistema prisional.²⁵

Uso de medicamentos psicotrópicos e controle biopolítico

O uso de psicofármacos nas prisões assume caráter de contenção, em vez de prática terapêutica baseada em necessidades individuais. Essa abordagem reforça a despersonalização dos indivíduos, reduzindo-os a objetos de intervenção química e subordinando sua subjetividade à ordem institucional. Paradoxalmente, seu uso pode representar espaço de resistência às dinâmicas de poder do sistema prisional, seja por recusa ao tratamento medicamentoso, seja por apropriação dessas substâncias em dinâmicas informais na prisão. Esse fenômeno ilustra o caráter ambivalente da medicalização no sistema prisional, ou seja, ao mesmo tempo que opera como mecanismo de controle, pode gerar precedentes para contestação e agência individual.²¹

Além disso, a relação entre transtornos mentais e dependência química constitui eixo importante na saúde prisional no Brasil. Nesta população, diagnósticos psiquiátricos frequentemente estão associados a histórico de uso de substâncias ilícitas, refletindo a vulnerabilidade social destes indivíduos antes da privação de liberdade e a forma como o sistema penitenciário responde às demandas em saúde mental. Em muitos casos, medicalização é a estratégia primária para lidar com dependência química e sofrimento psíquico, sem considerar causas estruturais subjacentes, como condições de confinamento precárias e exclusão social, que agravam esses quadros.²²

Uso de substâncias psicoativas no ambiente prisional: questão de saúde pública

Alta prevalência do uso de psicofármacos entre custodiados na Espanha exemplifica a complexidade deste problema. Além de gerar impactos na saúde física e mental, o uso dessas substâncias pode agravar condições preexistentes e favorecer o surgimento de novos problemas psiquiátricos. Nesse contexto, o consumo de substâncias interfere diretamente na organização do ambiente, aumentando tensões entre os detentos, criando vulnerabilidades adicionais e dificultando a gestão das unidades.¹⁷

Além dos danos individuais à saúde, o consumo de tais substâncias intensifica a exposição dos custodiados à exploração e violência nas prisões. Indivíduos que fazem uso frequente tornam-se

alvos potenciais de coerção, reforçando um ciclo de vulnerabilidade que compromete suas chances de recuperação e reintegração social. Nesse sentido, tratar o consumo de substâncias psicoativas como questão de saúde pública exige intervenções que levem em conta as especificidades do ambiente prisional e os fatores sociais e estruturais que impulsionam esse comportamento.¹⁸

DISCUSSÃO

O uso de psicofármacos no sistema prisional transcende a esfera terapêutica, tornando-se dispositivo de controle biopolítico e reflexo das desigualdades estruturais que permeiam o acesso à saúde mental por custodiados. Os estudos selecionados evidenciam como essas substâncias podem ser utilizadas tanto como ferramenta de vigilância e disciplinamento quanto como reflexo da precariedade dos serviços de saúde ofertados.

Os estudos analisados convergem ao indicar que a prescrição de psicofármacos no sistema prisional deve ser criteriosa e contextualizada, evitando sua utilização como ferramenta indiscriminada de contenção química. É essencial que tais intervenções sejam pautadas em diagnósticos precisos, garantindo que os benefícios terapêuticos sejam priorizados em detrimento do controle comportamental. Além disso, a inserção de estratégias não farmacológicas, como fortalecimento do suporte psicológico e ações voltadas ao bem-estar desta população, deve ser diretriz fundamental para construção de um ambiente prisional mais seguro e humanizado.

Dessa forma, o manejo de comportamentos agressivos no sistema prisional deve ser entendido como desafio multidimensional, que exige integração entre abordagens farmacológicas e não farmacológicas. O equilíbrio entre necessidade de controle da agressividade e garantia de atendimento humanizado é essencial para que o uso de psicofármacos nas prisões não se torne ferramenta de opressão, mas estratégia terapêutica baseada em critérios clínicos sólidos e alinhada às diretrizes de assistência à saúde prisional.

Isto posto, depreende-se que o uso de psicofármacos no sistema prisional representa interseção complexa entre ética, legislação e direitos humanos. Críticas à prescrição coercitiva e ao uso indiscriminado desses fármacos como ferramenta de contenção reforçam a necessidade de reformulação das políticas de saúde prisional. O alinhamento dessas práticas com os princípios de humanização e equidade do cuidado deve ser prioridade, garantindo que os custodiados tenham acesso a atendimento psiquiátrico qualificado e condizente com seus direitos fundamentais.

Portanto, os estudos analisados demonstram que o uso de psicotrópicos no sistema prisional alinha-se a um modelo de controle biopolítico, reforçando dinâmicas de vigilância e disciplinamento. A prescrição excessiva de tais substâncias, desvinculada de abordagem terapêutica mais ampla, evidencia a falta de estratégias integradas para o cuidado em saúde mental. Assim, constata-se que a precariedade da assistência em saúde mental nas prisões é reflexo de marginalização histórica desta população e falta de investimentos no setor. A implementação de políticas públicas eficazes deve priorizar a humanização do cuidado, capacitação contínua dos profissionais envolvidos e integração dos serviços penitenciários ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Nesta revisão integrativa, apenas 5 (27,7%) estudos foram conduzidos no Brasil, a partir de 2015, o que pode ser explicado, em parte, pela publicação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional, em 2014, a qual prevê que os serviços de saúde no sistema prisional passam a ser ponto de atenção da Rede de Atenção à Saúde do SUS.²⁷

Além disso, revisão de escopo para análise de competências relacionadas à medicina de família e comunidade, necessárias à graduação em Medicina, não evidenciou o contexto prisional como ambiente formativo,²⁸ apesar de as recentes Diretrizes Curriculares Brasileiras para Graduação em Medicina preconizarem o desenvolvimento de competências de reconhecer e valorizar necessidades de populações vulnerabilizadas, invisibilizadas ou historicamente negligenciadas, como a privada de liberdade.²⁹ Outrossim, revisão integrativa sobre estratégias educacionais para ensino da assistência à saúde de pessoas privadas de liberdade evidenciou apenas seis estudos, e nenhum deles abrangia o cenário brasileiro.³⁰ Isso evidencia uma lacuna no processo de qualificação profissional como parte integrante das estratégias para melhoria da assistência à saúde a essa população.

Diante dessa conjuntura, depreende-se que o uso de psicotrópicos no ambiente prisional representa desafio significativo para a saúde pública, o que afeta tanto a saúde da população privada de liberdade quanto as dinâmicas institucionais das unidades prisionais. Os estudos analisados demonstram que este fenômeno não pode ser compreendido isoladamente, pois está inserido em um contexto mais amplo de vulnerabilidade social, precariedade de acesso a cuidados de saúde mental e ausência de políticas públicas eficazes de prevenção e tratamento.

Dessa forma, a reformulação estrutural da assistência psiquiátrica no sistema prisional deve priorizar abordagens que vão além da medicalização como resposta única aos transtornos mentais. Estratégias intersetoriais que envolvam suporte psicológico, fortalecimento de redes de assistência social e implementação de práticas terapêuticas alternativas são fundamentais para que o sistema prisional deixe de ser espaço de exclusão e mortificação e passe a promover saúde, dignidade e reintegração social.

Logo, depreende-se a necessidade de reformulação de políticas públicas de saúde prisional, que deve incluir programas de redução de danos, ampliação do acesso a serviços de saúde mental e fortalecimento das redes de apoio dentro e fora das prisões. Esse cenário também perpassa pelo processo de qualificação da formação profissional em níveis técnico, graduação, pós-graduação e educação permanente, além da qualificação docente – o que também requer o fomento a políticas públicas de educação tanto em nível institucional quanto em nível nacional.

Reconhece-se que este estudo apresenta limitações. O fato de a busca ter sido restrita a artigos escritos nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola pode ter se desdobrado na exclusão de estudos relevantes sobre o tema, publicados em outros idiomas. Além disso, a pergunta de pesquisa foca na identificação das estratégias utilizadas no contexto prisional acerca das práticas clínicas envolvendo o uso de psicotrópicos, o que dificulta a análise do impacto dessas intervenções sobre a assistência à saúde da população privada de liberdade. Dessa forma, a avaliação deste impacto constitui tema para estudos futuros.

CONCLUSÃO

O uso de medicamentos psicotrópicos no contexto prisional transcende o tratamento de condições de saúde mental, ou seja, estende-se à diligência de questões de natureza política, econômica, social, cultural e estrutural – o que configura, neste caso, o processo de medicalização.

Diante do exposto, os resultados deste estudo contribuem como subsídio a educadores, profissionais de saúde, gestores e formuladores de políticas públicas, a fim de que cada um destes atores, considerando sua esfera de ação, desenvolva estratégias mais assertivas, diretivas, efetivas e seguras à assistência à saúde de pessoas privadas de liberdade.

CONFLITO DE INTERESSE

Nada a declarar.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

DHBM: Curadoria de Dados, Análise Formal, Investigação, Administração do Projeto, Validação, Escrita – Primeira Redação. AMB: Curadoria de Dados, Metodologia, Administração do Projeto, Supervisão, Validação, Escrita – Revisão e Edição.

REFERÊNCIAS

1. Institute for Crime & Justice Policy Research (ICPR). World Prison Population List: fourteenth edition [Internet]. 2024 [acessado em 13 jun. 2025]. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_prison_population_list_14th_edition.pdf
2. Machado NO, Guimarães IS. A realidade do sistema prisional brasileiro e o princípio da dignidade da pessoa humana. *RICC*. 2014;5(1):566-81.
3. Foucault M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Traduzido por Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Editora Vozes; 2014.
4. Rosa SM, Nunes FC. Instituições prisionais: atenção psicossocial, saúde mental e reinserção social. *FRAG*. 2014; 24(1):125-38. <https://doi.org/10.18224/frag.v24i1.3393>
5. Rose N. A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI. São Paulo: Editora Paulus; 2013.
6. Marega G, Shima VTB, Teston APM. O uso de psicofármacos no sistema prisional: um trabalho de revisão. *Braz J Develop*. 2020;6(10):1-18. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n10-422>
7. Ministério da Saúde. Uso de medicamentos e medicalização da vida: recomendações e estratégias [Internet]. 2018 [acessado em 17 jun. 2025]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/medicamentos_medicalizacao_recomendacoes_estrategia_1ed.pdf
8. Conrad P. The medicalization of society: on the transformation of human conditions into treatable disorders. Baltimore: Johns Hopkins University Press; 2007.
9. Souza MT, Silva MD, Carvalho R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*. 2010;8(1):102-6. <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>
10. Workman DG, Cunningham DG. Effect of psychotropic drugs on aggression in a prison setting. *Can Fam Physician*. 1975;21(11):63-6. PMID: 20469256
11. Kaufman E. The violation of psychiatric standards of care in prisons. *Am J Psychiatry*. 1980;137(5):566-70. <https://doi.org/10.1176/ajp.137.5.566>
12. Floyd J. The administration of psychotropic drugs to prisoners: state of the law and beyond. *Calif Law Rev*. 1990;78(5):1243-85. PMID: 11659407
13. Marsh ME, Snell JC, Wakefield W. Prisonomics and the use of psychotropic drugs on incarcerated offenders: ethical considerations. *Psychology*. 2000;37(1):9-12. PMID: 14509294
14. Hoge SK, Greifinger RB, Lundquist T, Mellow J. Mental health performance measurement in corrections. *Int J Offender Ther Comp Criminol*. 2009;53(6):634-47. <https://doi.org/10.1177/0306624X08322692>
15. Pilkinton PD, Pilkinton JC. Prescribing in prison: minimizing psychotropic drug diversion in correctional practice. *J Correct Health Care*. 2014;20(2):95-104. <https://doi.org/10.1177/1078345813518629>
16. Hassan L, Edge D, Senior J, Shaw J. Accounting for psychotropic medication changes in prisons: patient and doctor perspectives. *Qual Health Res*. 2015;25(7):954-65. <https://doi.org/10.1177/1049732314554094>
17. Caravaca-Sánchez F, Falcón RM, Luna A. Prevalencia y predictores del consumo de sustancias psicoactivas entre varones en prisión. *Gac Sanit*. 2015;29(5):358-63. <https://doi.org/10.1016/j.gaceta.2015.06.005>
18. Caravaca-Sánchez F, Sánchez-Alcaraz MC, Osuna E, Falcón RM, Luna A. Implicaciones del consumo de sustancias psicoactivas sobre la salud de hombres privados de libertad. *Gac Sanit*. 2015;29(4):292-5. <https://doi.org/10.1016/j.gaceta.2015.01.001>
19. Figueiró RA, Dimenstein M, Alves D, Medeiros G. Consumo de medicação psicotrópica em uma prisão feminina. *Rev Psicol Polít*. 2015;15(34):531-46.
20. Bentley KJ, Casey RC. Incarcerated women's experiences and beliefs about psychotropic medication: an empirical study. *Psychiatr Serv*. 2017;68(4):384-9. <https://doi.org/10.1176/appi.ps.201600078>
21. Freitas MMB, Caliman LV. A saúde e o psicotrópico no sistema prisional. *Rev Polis Psique*. 2017;7(3):61-83.
22. Feitosa RMM, Vieira VVG, Cabral SAR, Andrade DS, Freitas LHM. Caracterização dos diagnósticos e psicotrópicos das pessoas privadas de liberdade. *Rev Enferm Atual In Derme*. 2019;87(25):1-8. <https://doi.org/10.31011/reaid-2019-v.87-n.25-art.202>

23. Weightman M, Kini R, Parker R, Das M. Pharmacological approaches to managing violence and aggression in prison populations: clinical and ethical issues. *Drugs*. 2020;80(16):1635-47. <https://doi.org/10.1007/s40265-020-01372-2>
24. Arnau F, García-Guerrero J, Benito A, Vera-Remartínez EJ, Baquero A, Haro G. Sociodemographic, clinical, and therapeutic aspects of penitentiary psychiatric consultation: toward integration into the general mental health services. *J Forensic Sci*. 2020;65(1):160-5. <https://doi.org/10.1111/1556-4029.14137>
25. Ordoñez-Vargas L, Cortés-García CM. Medicalización psiquiátrica en tres prisiones femeninas brasileiras: un abordaje etnográfico sobre los itinerarios de criminalización, patologización y farmacologización. *Salud Colect*. 2020;16:e2507. <https://doi.org/10.18294/sc.2020.2507>
26. Queiroz CCSF. Acesso equitativo a cuidados de saúde mental com medicamentos psicotrópicos em ambientes prisionais. *REASE*. 2023;9(8):1019-29. <https://doi.org/10.51891/rease.v9i8.10863>
27. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial nº 1, de 02 de janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) [Internet]. 2014 [acessado em 03 out. 2025]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001_02_01_2014.html
28. D'Abreu NB, Rizzetto JHS, Matos BP de, Bragança JF. Competências essenciais em medicina de família e comunidade para a graduação médica: uma revisão de escopo. *Rev Bras Med Fam Comunidade*. 2026;20(47):1-15. [https://doi.org/10.5712/rbmfc20\(47\)4849](https://doi.org/10.5712/rbmfc20(47)4849)
29. Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 3, de 30 de setembro de 2025. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina [Internet]. 2025 [acessado em 22 jan. 2026]. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/outubro-2025/rces003_25.pdf
30. Medeiros DHB, Batista AM. Estratégias educacionais para o ensino da assistência à saúde de pessoas privadas de liberdade. *Saberes*. 2025;25(2):1-14. <https://doi.org/10.21680/1984-3879.2025v25n2ID40986>